



**+E**

Depois de dois anos a receber apoios e a beneficiar de uma rede imperfeita mas para todos os efeitos montada para os ajudar temporariamente, os refugiados acolhidos por Portugal são confrontados com a expectativa de viver autonomamente no país. Mesmo aqueles que venceram os obstáculos na aprendizagem do português e na busca de trabalho muitas vezes não conseguem encontrar habitação a preços suportáveis. A par com o reagrupamento familiar, a procura de um teto é

# O refúgio é um

geralmente o momento de todas as decisões. Para o melhor e para o pior, Portugal foi até aí apenas um porto de abrigo. Poderá ser casa? A alternativa é a saída para outro país europeu. E alguns começam a ponderar também viagens mais arriscadas

# lugar incerto



TEXTOS  
**CATARINA FERNANDES MARTINS**  
E **TIAGO CARRASCO**



m outubro de 2015, pouco depois de ter desembarcado com o pai e com um dos irmãos na Grécia, o sírio Omar Hazzaa, hoje com 24 anos, só tinha uma certeza: “Não sabia para que país queria ir, só sabia que não queria ir para a Alemanha”, afirma. “Sempre tive lá família e, talvez pelos relatos do frio, criei uma imagem negativa do país.” Portugal, Espanha ou França eram os destinos de preferência. No início de 2016, os Hazzaa receberam a notícia de que Portugal aceitara acolhê-los. “Naquela altura, trocava umas mensagens com uma rapariga brasileira. Era a minha namorada virtual. E ensinou-me umas palavras, como ‘oi’, ‘simpática’ ou ‘obrigado’. E, não sendo adepto de futebol, isso era tudo o que conhecia de Portugal.”

Em fevereiro de 2016, os três sírios aterraram em Lisboa e foram levados para Guimarães. Mas a experiência não seria duradoura. Cinco meses mais tarde, os Hazzaa apanharam um autocarro para Hamburgo — onde Omar sempre se recusara viver —, engrossando a lista dos quase 800 refugiados e requerentes de asilo que deixaram Portugal durante o programa de recolocação, cerca de metade da população acolhida. Mais de metade deles terá rumado à Alemanha: só em 2018, o Bundesamt für Migration und Flüchtlinge (BAMF) — a entidade responsável pelo controlo da entrada de refugiados na Alemanha, tutelada pelo Ministério do Interior — declarou ter identificado no país 477 indivíduos com procedimento de asilo iniciado em Portugal. Desses, 185 terão regressado efetivamente ao nosso país ao abrigo de deportações previstas na regulação de Dublin ou, no vernáculo adotado pelas entidades portuguesas, foram alvo de retomas a cargo. Algo que Omar tenta evitar que lhe aconteça.

Mais de três anos após a chegada à Europa, o frio e a chuva de Hamburgo não parecem incomodar o sírio. De casaco longo, forrado a pelo no gorro, blazer e uma gravata preta fina, calças justas e ténis brancos, impecavelmente penteado, pede dois cappuccinos num elegante café junto à marina. Expressa-se num alemão irrepreensível; dir-se-ia que está em Hamburgo há muito tempo e que acabara de sair do escritório. Mas não. Omar ainda é um requerente de asilo, vive com os pais e dois irmãos num contentor e não está autorizado a trabalhar na Alemanha. Ainda assim, não se mostra arrependido por ter deixado Guimarães.

“Os portugueses não podiam ser mais gentis e hospitaleiros. Não foi por causa das pessoas que eu e a minha família saímos de Portugal. Foi pela sensação de que ali nunca iríamos conseguir ter o futuro que ambicionamos”, afirma.

Até ao agravamento da guerra na Síria, os Hazzaa nunca tiveram muito com que se preocupar. Pertenciam a uma classe média desafogada: o pai era técnico na Syriatel, onde Omar também trabalhava no ramo dos telemóveis, ao mesmo tempo que prosseguia os estudos. Porém, na sua vila natal, Arastan, perto de Homs, a devastação foi total.

“Era uma localidade de militares e de polícias que desertaram para a oposição. Toda a gente tinha armas. Então, o regime atacou-nos e bombardeou-nos até não restar nenhuma casa”, recorda. Toda a gente perdeu alguém. Omar ficou sem dois tios, dois primos e vários amigos. A família mudou-se para Hama, permitindo-lhe entrar na universidade para estudar Engenharia Mecânica. Mas, em 2015, com o bacharelato concluído, ficou sem argumentos para escapar ao serviço militar, isto é, para incorporar as fileiras de Bashar al-Assad no conflito. “Foi então que eu e um dos meus irmãos mais novos decidimos fugir para Istambul”, conta.

Omar não guarda boas recordações dos dois meses passados na Turquia. Partilhou casa com mais 15 sírios e foi obrigado a trabalhar 12 a 18 horas diárias a montar janelas de plástico para, no final, o patrão lhe recusar o salário. Rapidamente ficou sem dinheiro. “Pedi ao meu pai para regressar a Hama, mas ele respondeu que era demasiado perigoso. Então juntou-se a nós já com o objetivo de embarcarmos clandestinamente para a Europa”, diz. Para trás, ficavam a mãe, uma irmã, o irmão mais velho, a completar o curso de Medicina Dentária, e o mais novo, menor.

Após terem sido intercetados uma vez, Omar, o pai e o irmão conseguiram desembarcar em Mytilini, na ilha de Lesbos, Grécia. Pouco depois, foram levados para Atenas e deram início ao requerimento de asilo e à escolha de potenciais destinos para o futuro. Em fevereiro de 2016, entraram no lar que a Santa Casa da Misericórdia lhes reservara, na Rua das Trinas, no centro de Guimarães, partilhado com mais um homem sírio e duas mulheres portuguesas. “Havia uma senhora de uns 60 anos, a Noémia, que estava sempre a rir-se. Não conseguíamos falar com ela, mas comunicávamos através de gestos. Foi sempre impecável connosco”, lembra Omar.

Curioso e extrovertido, não tardou a fazer amigos na cidade minhota. “Logo na primeira noite, conheci umas 20 pessoas. A Maria, a Ana, o Zé, o Diogo. Levaram-me para bares e discotecas e diverti-me muito. Nas semanas seguintes, iam para a porta chamar-me para me juntar a eles”, conta. Também arranjou trabalho prontamente na cozinha do McDonald’s, apesar de o salário de pouco mais de 400 euros não o satisfazer.

A dinâmica de Omar não era acompanhada pelo irmão, mais recatado, e pelo pai, incapaz de se integrar devido ao desconhecimento absoluto da cultura e da língua. Fonte do SEF diz mesmo que o pai de Omar sempre se recusou a assinar os documentos para receber proteção em Portugal, revelando pouca vontade de se estabelecer em Guimarães. Dentro de casa, os problemas multiplicavam-se.

“O meu pai e o meu irmão tinham estado presos na Síria e necessitavam de cuidados de saúde especiais. O meu pai precisava de uma operação a um pé e o meu irmão de fisioterapia. No hospital, tentaram



ajudar, mas percebemos que o tempo de espera ia ser longo”, explica Omar, que começou a sentir também que as aulas de português eram insuficientes para aprender o idioma. “Eram três dias por semana, duas horas por dia. E eu tinha de traduzir o que o professor dizia para os restantes árabes na sala. Estava a evoluir muito lentamente.”

Até que surgiram os pontos de rutura. Omar ficou a saber que para continuar a licenciatura em Engenharia Mecânica ia precisar de 2500 euros anuais para as propinas. “Com um ordenado tão baixo não ia conseguir pagar essa despesa. E, ao mesmo tempo, os meus primos escreviam-me que iam entrar para a faculdade na Alemanha e que era grátis”, diz.

Isso fê-lo reconsiderar a hipótese alemã. Algo que passaria a ser certeza depois da desilusão sofrida com o processo de reagrupamento familiar, numa altura em que pretendia chamar a mãe e o irmão menor, entretanto exilados na Turquia, para junto de si.

“Uma funcionária do SEF [Serviço de Estrangeiros e Fronteiras] de Braga disse-me que o processo seria mais rápido se os meus familiares viajassem para a Grécia e se o reagrupamento se fizesse a partir daí”, diz, exibindo pela primeira vez uma expressão de desagrado em relação ao tratamento que recebeu em Portugal.

**GUIMARÃES** A família Hassan tentou ir para a Alemanha mas foi deportada para Portugal. Miguel, o último dos cinco filhos, já nasceu no Minho



**“Não foi por causa das pessoas que eu e a minha família saímos de Portugal. Foi pela sensação de que ali nunca iríamos conseguir ter o futuro que ambicionamos”, afirma Omar**

“E eu segui a recomendação. Disse à minha mãe e ao meu irmãozinho para entrarem no barco e ariscarem a vida de forma a chegarem à Grécia. E, felizmente, conseguiram. No entanto, uma semana depois, ainda não tinham sido notificados sobre o reagrupamento. Percebi então que se continuasse em Portugal talvez só visse a minha mãe daqui a muitos anos.” Os Hazzaa decidiram partir. Omar nunca perdoou à funcionária do SEF por tê-lo induzido a pedir à mãe para realizar uma viagem tão perigosa para nada.

Em Hamburgo, foram recebidos pelos parentes e em 48 horas apresentaram-se num campo de refugiados. Através das impressões digitais, registadas na Eurodac — a base de dados que reúne todas as informações sobre os movimentos dos requerentes de asilo —, as autoridades alemãs ficaram a saber que os seus processos tinham dado entrada em Portugal. Esperava-os a aplicação do regulamento de Dublin e a retoma para Guimarães. No entanto, o pai e o irmão de Omar alegaram constrangimentos de saúde e conseguiram adiar a ordem de marcha até garantirem cirurgia e tratamento. Seis meses depois, o juiz encarregado do caso do pai deliberou: “Vou deixá-lo ficar na Alemanha para que, através da sua produtividade, consiga pagar os 2500 euros que a sua

operação custou”, lembra Omar. O irmão também conquistou o direito de pedir asilo em Hamburgo.

“Nem sempre é assim”, diz David Lorenz, especialista no Tratado de Dublin do Institut für Sozialforschung, em Frankfurt. “Na Alemanha, as decisões relativas às deportações ao abrigo de Dublin dependem muito da cultura instituída em cada tribunal. Uns podem ter uma interpretação mais restrita da lei e deportam quase sempre, ao passo que outros levam em consideração mais alegações dos requerentes para suspender Dublin.”

Omar, saudável, não teve a mesma sorte. Perante a iminência da expulsão, arranjou um advogado e interpôs uma queixa com carácter suspensivo. Desde então, já lá vão mais de dois anos, aguarda pelo veredicto final — a deportação para Portugal ou o direito a asilo na Alemanha. Entretanto, recebe 420 euros mensais de apoio do Estado e, apesar de não poder ter contratos profissionais *full-time*, deixam-no fazer voluntariado remunerado. “Sou assistente de um professor de alemão e encarrego-me da tradução para árabe. Pagam-me 15 euros à hora e conta nos anos de estadia quando eu quiser pedir nacionalidade”, explica.

O reencontro familiar ganhou outra velocidade em Hamburgo. Assim que obteve o estatuto de

refugiado, o pai de Omar avançou para o reagrupamento com a mulher e o filho mais novo, então na Grécia. Em janeiro de 2018, um ano após o pedido, chegaram a Hamburgo. Os Hazzaa vivem agora num *heim* — um abrigo para refugiados com melhores condições do que os campos e para estadias mais prolongadas —, enquanto aguardam a atribuição de um apartamento na cidade.

“Há escassez de casas em Hamburgo e estamos em fila de espera”, diz Omar. “Mas vivemos num contentor grande, com quartos para todos e com cozinha e casa de banho só para nós.”

O engenheiro mecânico é agora o único da família em situação irregular. Sonha em voltar ao ensino superior, especializar-se em comboios ou aviões e ter uma vida próspera na cidade portuária, sempre coberta por nuvens escuras. Mas nem por isso teme a possível retoma para Portugal. “Se for deportado para Portugal, não há drama. Fico lá um ano e meio, aprendo mais uma língua e regresso à Alemanha, não como refugiado mas como trabalhador legal”, afirma, cheio de otimismo. Até porque sente falta dos portugueses e da facilidade em fazer amigos, algo que diz não fluir tão facilmente na Alemanha.

## AS BRECHAS DE DUBLIN

Há uma grande controvérsia na Alemanha em redor do tema das deportações. O Ministério do Interior estima que 700 mil refugiados, registados entre 2015 e 2017, esperem ainda uma decisão definitiva. Em 2018, o país deportou cerca de 25 mil pessoas, um décimo dos que receberam ordem de expulsão. Uma parcela destes casos — quase 55 mil pessoas em 2018 — resulta de movimentos secundários dentro da União Europeia, ou seja, estrangeiros que entraram na Europa por outro país e que depois seguiram indevidamente viagem até à Alemanha. Nestes casos, aplica-se Dublin. O BAMF contacta o país responsável pelo acolhimento e, caso o regresso seja aceite, tem a partir desse dia seis meses para concretizar a retoma.

“No entanto, caso esses seis meses expirem sem que a deportação se realize, Dublin fica sem efeito, e a Alemanha torna-se responsável pelo requerente de asilo”, diz Dominik Meyer, porta-voz do departamento europeu da Pro Asyl, a maior organização independente de apoio aos refugiados na Alemanha.

Consequentemente, muitos requerentes desaparecem quando se apercebem da urgência da expulsão. Outros escondem-se em igrejas, onde as autoridades, por lei, não podem entrar. Essa terá sido a realidade dos quase 300 requerentes registados em Portugal que a Alemanha não conseguiu devolver a Lisboa.

“Em muitos casos, há uma boa hipótese de desafiar com sucesso a deportação em tribunal. Noutros, há razões médicas que não a permitem. Por fim, há os que a tentam evitar escondendo-se ou abandonando temporariamente o país”, diz Meyer, lamentando que a Pro Asyl não disponha de informação concreta sobre a não concretização destas retomas para Portugal (já em Itália ou na Grécia, a precariedade do sistema de acolhimento é apontada como razão válida para suspender deportações nos tribunais alemães). O Expresso soube que as autoridades alemãs chegaram a confessar a responsáveis do SEF que por vezes era menos trabalhoso e dispendioso tomar a responsabilidade dos processos do que levar a cabo as retomas.

Para Mofed Aldale, tanto melhor. Quando saiu de Daraa, no sul da Síria, em outubro de 2016, já tinha metido na cabeça que só pararia na Alemanha. Tornou-se uma obsessão. “Não me interessava qualquer

outro país. Tenho familiares em Hamburgo e em Nuremberga que me disseram que era um país seguro e com trabalho para todos, e isso é tudo aquilo de que preciso”, diz Mofed, de 24 anos, no quarto que partilha com outro sírio num edifício da Cruz Vermelha em Geisenhausen, na Baviera.

Na Grécia, onde esteve um ano, escolheu como destinos do programa de recolocação a Alemanha e países vizinhos, como a Holanda e a Bélgica. Mas calhou-lhe Portugal. “Não conhecia absolutamente nada sobre o país, e através das redes sociais disse-me que me iam dar 150 euros durante um ano e meio e que depois tinha de me sustentar sozinho”, diz o sírio de origem palestiniana, que desistiu da escola por causa da guerra, no 12º ano, para trabalhar na construção. “Decidi imediatamente que assim que chegasse ao aeroporto ia apanhar o autocarro para a Alemanha. Mas não pude. Fui recebido pela polícia.”

A maioria dos requerentes que trocou Portugal por outro país europeu fê-lo, à imagem de Mofed, numa fase muito prematura do programa. Tanto o SEF como o Alto Comissariado para as Migrações (ACM) concordam que a presença de familiares noutros países europeus, a inexistência de uma comunidade árabe enraizada em Portugal e as expectativas económicas são as principais causas dos movimentos secundários.

O sírio pernoitou num hotel em Santa Maria da Feira e na manhã seguinte abalou para Lisboa, seguindo-se uma agitada viagem até à Alemanha. “Fui interceptado pela polícia em Espanha, fiquei sem dinheiro em Barcelona e dormi em casa de um árabe em Dijon”, relata. Assim que chegou à Alemanha, entregou-se à polícia. Mas mentiu: “Disse que tinha chegado diretamente da Grécia. Uma estupidez. Assim que controlaram os meus dados, viram logo que tinha sido colocado em Portugal.”

Esperava-o uma retoma a cargo. Pagou cerca de mil euros a uma advogada para lutar em tribunal pela sua permanência na Alemanha. Entretanto, foi instalado no *heim* de Geisenhausen, pejado de jovens solteiros da Síria, da Somália e do Sudão, quase todos com a vida suspensa pela decisão judicial.

“O processo começou em março de 2017 e arrastou-se durante dois anos. Houve alturas em que estive triste, pensei seriamente em ir para Portugal e tentar viver normalmente lá”, confessa Mofed. Mas poucos

**Muitos requerentes desaparecem ao aperceber-se da urgência da expulsão ou escondem-se em igrejas, onde as autoridades não podem entrar**

dias antes de receber o Expresso, em março deste ano, o sírio foi informado de que o juiz decidira a seu favor, atribuindo-lhe o estatuto de refugiado e autorização de residência por três anos. “Estou relaxado, feliz, sinto-me bem por ter alcançado este objetivo. Mas o que eu queria ainda não encontrei. Trabalho. O problema é aprender a língua e depois saber como encontrar emprego. O alemão é muito difícil”, diz.

A Alemanha aposta forte no ensino do idioma nacional. Enquanto aguardava a decisão do juiz, Mofed frequentou um curso de segunda a sexta-feira, quatro horas por dia. Recebe 340 euros mensais, o quarto e parte da alimentação. “Como a deportação não aconteceu no prazo de seis meses, Mofed deixou de ser elegível para a aplicação do regulamento de Dublin, passando a ter direito a pedir proteção na Alemanha”, diz Ursula Kirchner, advogada do sírio.

Situações como esta podem começar a ser cada vez mais raras na Alemanha. Devido à pressão sociopolítica, o Governo começou a apertar o cerco aos requerentes de asilo e a afinar as deportações. No mês de abril, foram aprovadas novas leis para facilitar a expulsão de migrantes sem estatuto de refugiado: prisão para todos aqueles que tentem ocultar a sua verdadeira identidade de forma a evitar a expulsão e multas para os que não apresentarem documentos de viagem. O período para análise dos pedidos de asilo, atualmente de três anos em média, passa para cinco anos. O prazo de seis meses para efetuar uma retoma poderá ser esticado para 18 caso o refugiado não compareça ao voo marcado para a sua expulsão. E as prestações sociais serão reduzidas ao mínimo para todos os refugiados que se encontrem na Alemanha com asilo concedido noutro Estado-membro.

A todos os refugiados que mudem de país já com estatuto não se aplica Dublin. Não podem receber ordem de expulsão. “É a arbitrariedade judicial ou a celebração de acordos bilaterais entre a Alemanha e outras nações europeias que estabelecem o que fazer a estas pessoas”, comenta David Lorenz. Portugal foi um dos primeiros países a assinar com Berlim um acordo nesta matéria.

“Reforça a nossa autoridade política, porque significa que partilhamos as nossas responsabilidades com a Alemanha, tal como partilhamos com a Grécia. Temos de defender fronteiras seguras na Europa, um reforço da Frontex, com uma política de migrações legais e ordenadas, bem como de solidariedade”, diz ao Expresso Eduardo Cabrita, ministro da Administração Interna. O documento, assinado em setembro de 2018, já registou 34 movimentações: a Alemanha devolveu a Portugal 33 refugiados e foi feita uma deportação no sentido contrário.

A quantidade de movimentos secundários prova a ineficiência e a obsolescência de Dublin, que além do mais sobrecarrega de refugiados as nações situadas na fronteira externa da Europa.

“Por isso é que se tem falado cada vez mais da substituição deste regulamento por uma distribuição dos refugiados pelos países através de um sistema de quotas justas e equitativas”, diz David Lorenz. “A deportação é quase sempre uma ação que transmite aos visados sentimentos de grande frustração e injustiça, porque se veem privados de ficar no sítio que querem sem terem cometido qualquer crime material.”

## DE VOLTA À CASA DE PARTIDA

Foi o que sentiu Karim (nome fictício) quando o expulsaram da Alemanha. “Meteram-me na parte de trás de uma carrinha da polícia, sem janelas e sem



espaço para me levantar”, diz o natural de Latakia, na Síria, colocado em Portugal contra a sua vontade. “Foi quando estava lá dentro, tratado como um criminoso, que todos os meus sonhos em relação à Europa se desvaneceram.” Após a retoma, o árabe, de 43 anos, conseguiu arranjar um emprego num restaurante de Lisboa, a grelhar frangos. “Agora vou pedir o reagrupamento com a minha mulher e com a minha filha e esperar que a vida melhore aqui”, diz, lembrando que para se sustentar em Portugal chegou a receber remessas da mulher, a viver na Síria. “Portugal tem de rever o sistema de apoio. É impensável ser refugiado e receber dinheiro da família que vive num país em guerra.”

Hassan também passou pelo pesadelo da retoma quando seis agentes da polícia alemã lhe apareceram em casa às 3h da manhã para deportar a sua família — ele, a mulher, Zainab Khalil, à época grávida de cinco meses, e quatro filhos menores — para Portugal: “Não avisaram. Chegaram, ofereceram ajuda para fazer as malas, pediram desculpa, mas disseram que a lei era assim”, recorda o curdo Hassan. “Trouxeram um médico para analisar a saúde da minha mulher. E nem o facto de ela ter começado a sangrar da boca e do nariz, com os nervos, travou a decisão.”

A família curda, de Afrin, no norte da Síria, tinha abandonado Portugal a 5 de maio de 2017, depois de uma primeira passagem de três meses. “Na Grécia, tinham-me dito que o ordenado de um alfaiate em Portugal era 1200 euros, mas quando aqui cheguei apercebi-me de que não iria ganhar mais de 585”, diz Hassan. “Como não falávamos português, passámos os três meses em casa sem fazer nada. Eu fumava uns 50 ou 60 cigarros por dia. Pedi trabalho, mas não apareceu. Uma das famílias sírias que tinha chegado connosco partiu logo para a Alemanha. E nós, quando sentimos que aqui não tínhamos futuro, fizemos o mesmo”, diz o pai da família. A mulher confirma: “Perguntávamo-nos como seria o futuro dos nossos filhos se ficássemos em Portugal.”

Em menos de um mês, o Estado alemão instalou-os num apartamento em Eisenach, no centro do país. “Os miúdos foram todos para a escola e infantilário e nós tínhamos aulas de alemão. Todos os meses pagavam-nos 1500 euros”, diz o curdo, com os olhos a brilhar. “Os nossos filhos já brincavam com os meninos alemães dos vizinhos. Acho que estávamos a caminho de uma boa integração.”

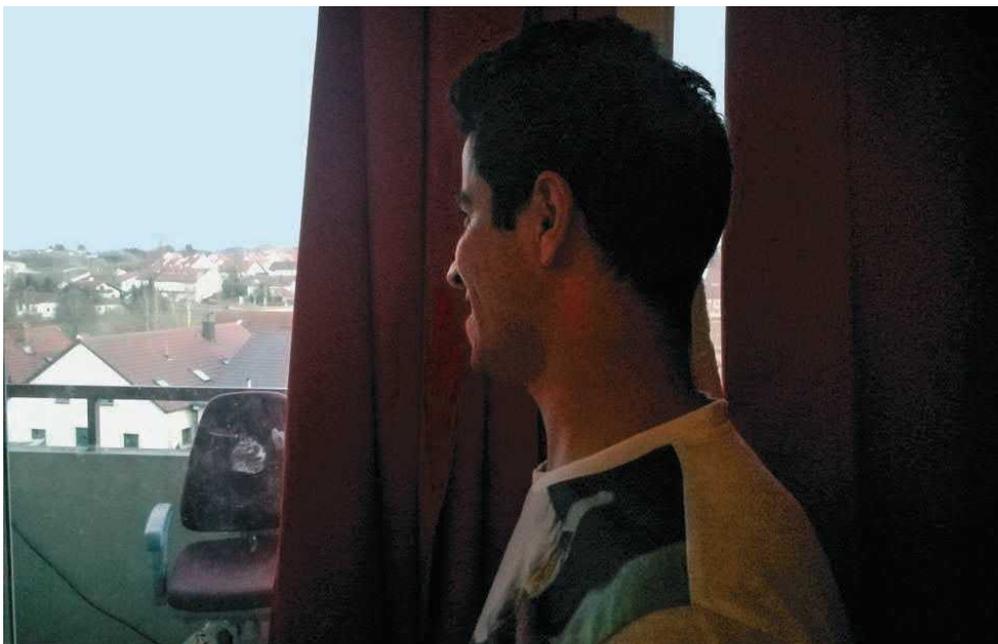
Mas a 21 de dezembro de 2017 o sonho germânico acabou. A entidade de acolhimento em Portugal, a Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, aceitou-os de volta, e regressaram à bela moradia campestre na freguesia de Abação, Guimarães, com terra de sobra para a lavoura. Entretanto, nasceu a criança, recetora de nome português: Miguel, o quinto rapaz dos Hassan. O pai arranjou trabalho na aldeia como padeiro, e as poupanças já deram para comprar um carro.

“Em Portugal, as pessoas são muito simpáticas e tudo é bom menos a economia. É muito difícil suportar as despesas aqui. Vamos ser apoiados mais quatro meses e depois temos de sair desta casa e de nos governar sozinhos. A Segurança Social já nos prometeu um apartamento em Guimarães, mas reaceamos que o salário não chegue para sustentar a família”, diz Hassan.

Voltar à Síria está fora de questão. Mais ainda quando os rapazes começam a fazer amizades na escola e a falar português entre si. O amanhã está em



**FIGURAS** David Lorenz, especialista no Tratado de Dublin, alega que deportar depende muito da cultura instituída em cada tribunal. O sírio Omar Hazzaa (em cima) abandonou Portugal mas continua à espera do estatuto de refugiado em Hamburgo. Mofed Aldale (em baixo) só esteve 24 horas em Portugal e garantiu recentemente autorização de residência na Alemanha



# TRABALHO PARA REFUGIADOS

Encontrar trabalho não é um dos principais problemas para os refugiados em Portugal. Mas na maior parte dos casos, devido às dificuldades com o português e aos baixos salários nacionais, ter trabalho não corresponde a ter autonomia. As associações de apoio ao acolhimento promovem formação profissional, ao nível da língua e da cultura portuguesas, técnicas de desenvolvimento pessoal e autoestima e apoio para a inserção profissional, falando em taxas de empregabilidade acima dos 50%. A JRS diz que entre aqueles que passaram pela academia JRS, onde se desenvolvem cursos de formação, cerca de 70% ou 80% estão empregados (estes números dizem respeito a imigrantes e refugiados). As principais áreas de trabalho são os cuidados com idosos e com crianças, a hotelaria e os supermercados. Por ter detetado a procura de mão de obra na restauração e ter percebido que é uma área de mais fácil acesso, mesmo sem o domínio do português, a Crescer na Maior criou o Marhaba, um projeto de integração e formação baseado na gastronomia. Segundo Francisca Barreiros, da Crescer, “pessoas que passaram por esse projeto estão hoje a trabalhar noutros locais da restauração”. A mesma associação reconhece também que a maior parte das pessoas que ajuda tem competências para ter trabalhos diferentes, aceitando, pelo menos numa primeira fase, um *downgrade* do estilo de vida anterior. Para aqueles que queiram tentar abrir um negócio em Portugal, o ACM dinamiza um conjunto de iniciativas através do Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo Migrante, no qual se incluem cursos de apoio à criação de negócios. A antropóloga e investigadora do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA), do ISCTE-IUL, Cristina Santinho, aconselha cautela ao olhar para estes apoios ao empreendedorismo para refugiados. “As boas práticas existem na teoria, mas aqueles que conseguem efetivamente montar negócios fazem-no por si próprios, não beneficiando de um apoio estrutural do Estado. Geralmente, essas pessoas chegam a Portugal com formação académica ou empresarial, eram quadros superiores e muitas vezes tinham uma boa situação financeira nos países de origem,” diz. / C.F.M. e T.C.

Portugal, caso não passassem a trabalhar aqui.” “Tudo depende de arranjarmos casa e trabalho aqui.”

## “UMA GUERRA MENTAL”

Evan Shekh Bello e a família de que precocemente cuida estiveram nove meses na Alemanha, depois do mês que passaram em Portugal, o país que lhes calhou em sorte no programa de recolocação aquando da chegada à Grécia, em 2016. A mãe de Evan, Sanya Khosa, decidiu que não podia mais aguardar por notícias do marido, desaparecido sem rasto, e que estava na altura de deixar Aleppo e a Síria e colocar a família em segurança. À semelhança de tantos outros refugiados, Portugal não constava do plano de vida na Europa. Em Lisboa estiveram apenas 22 dias, primeiro num centro de acolhimento, depois num apartamento. Mas, à primeira oportunidade, a família apanhou um autocarro para a Alemanha. Em Hamburgo, avisaram as autoridades de que vinham de Portugal, pelo que nem chegaram a sair do campo de refugiados. Mesmo assim, Evan e os outros membros da família tiveram aulas de alemão todos os dias. No fim de 2017, foram obrigados a voltar a Lisboa.

“Voltámos porque tivemos de voltar. As autoridades alemãs disseram-nos que não nos podiam deixar ficar porque contactaram as autoridades portuguesas e estas lhes disseram que tínhamos casa em Portugal. Eu disse que isso era mentira, e a resposta foi, ‘provem’”, diz Evan.

A família não se conseguiu orientar em Portugal desde o regresso, há mais de um ano e meio. Evan queixa-se de discriminação na escola e lamenta as poucas oportunidades de aprender português — encontra-se ocasionalmente com uma voluntária que se tornou amiga da família e que o ajuda com a língua. O programa de acolhimento terminou em março deste ano, e, neste momento, o principal problema é encontrar um apartamento onde todos possam morar — Evan, o irmão mais velho, Rudi, com 18 anos, os dois irmãos mais novos, Marin, de 8 anos, e Rolan, de 11, a mãe, Sanya, de 38, e o companheiro da mãe. A família está a viver numa casa em Chelas desde que o programa de 18 meses recomeçou, após a retoma, mas o prazo para estarem nesse apartamento terminou e o proprietário deu-lhes até agosto para encontrarem outra habitação. Evan, que não tem notícias do pai há cinco anos, assumiu a responsabilidade de resolver os problemas dos irmãos e da mãe e então procura um novo apartamento com a ajuda da associação de acolhimento Crescer na Maior. Mas, até agora, nada, diz Evan, que toma decisões e age como um verdadeiro chefe de família.

“As casas são todas muito caras. No mínimo custam 700 euros, e nós estamos a receber da Segurança Social 525 euros por todos. Além de que precisamos de um fiador e ninguém quer ser nosso fiador,” protesta Evan.

A Crescer garante que nenhuma família ficará na rua. “Estamos a trabalhar diariamente com a família e com as associações com responsabilidade nesta área. Os senhorios pedem fiadores, e eles não têm ainda uma rede social de apoio nem rendimentos que sejam garantia suficiente. Por vezes, o trabalho implica também gerir as expectativas da família ou dos utentes quanto à localização e ao tipo de casa, por exemplo,” diz Francisca Barreiros, da Crescer.

Entretanto, os jovens Bello mal vão à escola, não aprenderam ainda o português convenientemente e estão pessimistas quanto ao desfecho da situação habitacional. De certa forma, é como se a família

parecesse estar a passar o tempo em Portugal sem conseguir imaginar o futuro.

Evan acha impossível regressar à Alemanha em breve devido à deportação e diz que até gostaria de ser cabeleireiro em Portugal, o seu trabalho de sonho. Mas a frustração de tudo o que os rodeia parece impor-se aos sonhos.

“As pessoas são boas aqui, mas a situação é má. Portugal não pode receber mais refugiados, porque não sabe tomar conta deles”, diz, falando também pela mãe, que quebra momentaneamente a pose de boa anfitriã de um abundante jantar de Ramadão para mostrar que está zangada e frustrada com o país que a acolheu. Tem apenas um comentário a fazer, gesticulando com os braços que não há mais nada a dizer depois de dizer: “Melhor voltar para a Síria. Lá sei com o que conto. Em Portugal, a guerra é mental.”

Neste momento, a questão da habitação, a par com as dificuldades no reagrupamento familiar, parece ser o principal obstáculo à integração em Portugal. Mesmo quando conseguem encontrar trabalho, os refugiados não conseguem depois fazer face aos elevados custos associados a pagar uma renda. Não só em Lisboa e no Porto mas também em outros pontos do país, devido à subida dos preços, que é difícil de suportar pelos próprios portugueses. Além da questão das rendas, alguns dos refugiados ouvidos pelo Expresso queixam-se de discriminação na procura de habitação devido à nacionalidade.

Foi o caso de Ahmed Ismail, um sírio curdo que deixou o norte da Síria em agosto de 2015 e chegou a Portugal em fevereiro de 2017, depois de passar pelo Iraque e de atravessar o Mediterrâneo a partir da Turquia. Durante o programa de acolhimento, Ahmed partilhou com um amigo um apartamento em Belém, cujo pagamento da renda era da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa. Ao fim de 18 meses, o sírio sabia que tinha de deixar aquela casa e que iria ser difícil encontrar uma nova. Desde que está em Portugal, Ahmed teve apenas um mês e meio de ensino oficial de português. Apesar disso, domina a língua, resultado do seu próprio esforço. Começou por encontrar emprego num restaurante turco, onde trabalhava 11 horas por dia por 600 euros mensais. Ao progredir no idioma, conseguiu um novo trabalho, de que gosta, também por se aproximar da sua formação e do seu sonho de ser jornalista. Atualmente, trabalha como intérprete e mediador cultural na Crescer na Maior, onde recebe 800 euros por mês, preço pelo qual começa a ser difícil arrendar um T1 em Lisboa. Pôde ficar mais quatro meses no apartamento, até encontrar um novo espaço, o que se revelou difícil.

“Devo ter olhado para mais de mil casas. Algumas pessoas responderam que só alugavam a portugueses,” diz. Ao fim de algum tempo, Ahmed encontrou uma casa em Queluz, que divide com duas outras pessoas, um sírio e um português. Por esse quarto, paga 250 euros por mês. “Para mim, não é mau. Levo 35 minutos a chegar ao trabalho. Mas gostava de viver sozinho. Como vou receber a minha família no meu quarto quando me vierem visitar? Não posso,” diz.

Segundo André Costa Jorge, diretor-geral do Serviço Jesuíta aos Refugiados Portugal (JRS Portugal) e coordenador da PAR, é necessário desenvolver um programa nacional de integração, para a procura de soluções para as famílias e os indivíduos apoiados depois do fim dos programas de acolhimento, também para prevenir os movimentos secundários para outros países europeus com mais recursos e apoios. Neste momento, afirma André Costa Jorge, uma das

soluções mais necessárias e críticas a da habitação. “Já fizemos chegar ao Governo estas nossas preocupações, nomeadamente no que diz respeito à habitação. Poderá dizer-se que este é um problema de todos os portugueses, mas, no caso dos refugiados, estas pessoas estão isoladas, não têm almofada”, diz.

## UM FUTURO EM PORTUGAL

A história de Alan Ghunim em Portugal é diferente da maioria das histórias de refugiados acolhidos. Não apenas por figurar entre os chamados “casos de sucesso” mas principalmente pelos caminhos que levaram Alan e a família até Lisboa. Saiu de Damasco, na Síria, em 2010, ainda antes do início da guerra civil. Adivinhando problemas, partiu para o Qatar e disse à mulher, Ramia Abdulghani, para o seguir, o que aconteceu em 2011. À superfície, a vida no Qatar era confortável. Alan tinha trabalho como engenheiro informático e a família estava longe da guerra.

Na prática, um estrangeiro a trabalhar naquele país do Golfo Pérsico necessita de um padrinho, que tem o poder de banir o trabalhador do país durante um período de tempo ou de negar-lhe um visto de saída. Esse sistema fez com que Alan se sentisse um “escravo”. A libertação pareceu chegar de Portugal, onde um amigo português de Alan se ofereceu para ajudar a família a instalar-se. Pouco depois de chegarem, em 2016, o amigo morreu, deixando-os sozinhos num país desconhecido. Além do mais, ao sair do Qatar sem autorização do padrinho, o sírio viu as suas contas bancárias bloqueadas, e o casal teve de se sustentar com o dinheiro de Ramia, ajudada por uma família abastada a residir em França. Alan e a família chegaram sem estatuto de refugiados, porque não vieram ao abrigo nem do programa de reinstalação nem do programa de recolocação. Não tinham ninguém, não tinham trabalho, tinham apenas um pedido espontâneo feito no aeroporto e a autorização de residência de seis meses concedida pelo SEF.

O espírito empreendedor de Alan não o deixou baixar os braços. O sírio tentou criar vários negócios, mas nenhum pegou. “Vim para a Europa a pensar que vocês eram mais organizados do que o Médio Oriente, mas o que encontrei aqui... As empresas e as organizações são uma confusão em Portugal”, diz, com o conhecimento de causa por ter criado empresas e *startups* e ter tentado montar um negócio para vender produtos portugueses na sua região de origem.

Tendo desistido de lançar o seu próprio negócio, Alan aceitou trabalho como engenheiro informático numa multinacional em Lisboa. Ao mesmo tempo, a mulher lançava na terra as sementes de um negócio de *catering* de comida síria com três amigas, também refugiadas. Esse negócio acabou por dar origem ao restaurante Tayybeh, aberto no início de 2019 na Estrada de Moscavide e com casa cheia quase todas as noites. De tal forma que Ramia, engenheira informática convertida em chefe, pediu ajuda ao marido, que deixou o emprego fixo e se converteu em empregado de mesa.

O restaurante parece ser um sucesso, mas algo não deixa Alan ser totalmente feliz. É como se, depois de uma das sementes ter finalmente germinado, ele não possa cantar vitória por acusar demasiado o cansaço e a frustração. Então, a sua atitude é a de um homem ambivalente, que quando consegue finalmente erguer-se para apreciar a vista só se consegue lembrar das pedras que encontrou ao longo do caminho.

“Foi difícil para mim. Tenho dois mestrados, não falo português e nunca tinha trabalhado como

empregado de mesa. Pedimos ajuda para promoverem o Tayybeh como promoveram o Mezze [outro restaurante sírio], mas disseram-nos que não tínhamos o impacto mediático deles. Na verdade, estamos na fase da sementeira e não conseguimos ainda ter noção se vamos ser bem-sucedidos no futuro, apesar de estarmos a crescer,” diz, exausto e consciente de todas as despesas mensais. As rendas do restaurante e do apartamento são elevadas e os custos da vida em Lisboa e da gestão do negócio também.

Personificando de novo o homem que passou por cima de todas as pedras porque tinha o sonho de apreciar uma certa vista, o empreendedor Alan não consegue deixar de olhar para Portugal como um país onde os refugiados podem ter sucesso.

“Nada é perfeito na vida, mas tens de te adaptar. Se és frustrado, não avanças. Quando tens um ambiente muito organizado não consegues ser bem-sucedido. O meu irmão está a seguir o sistema de refugiados na Alemanha e ainda não conseguiu fazer nada por ele. Está apenas a seguir o gado. Esse sistema funciona para pessoas que não têm a iniciativa que eu tenho. Eu acho que há muitas oportunidades em Portugal e digo-o a todos os refugiados. Podes ter uma casa em Braga, constróis uma piscina e crias dinheiro a alugar a casa no Airbnb,” diz.

## A SÍRIA JÁ É OPÇÃO

O sistema não muito organizado de que fala Alan é uma faca de dois gumes. Houve refugiados que decidiram aproveitar a oportunidade e outros que não o fizeram mas não conseguiram deixar de sonhar com o eldorado da Alemanha ou do Norte da Europa. Para esses, será difícil Portugal vir a tornar-se casa.

Wissam Samer Arabi quer aproveitar a oportunidade, mas tem consciência de que os seus pais não conseguirão fazer o mesmo. Aos 22 anos, trabalha das 8h30 até à meia-noite durante a semana numa fábrica têxtil em Miranda do Corvo. Desdobra-se em horas extra para conseguir um ordenado de 900 euros mensais que lhe permitem pagar a renda da casa onde vive sozinho (340 euros), cobrir as suas despesas e ajudar os pais, que não trabalham, e os irmãos, ainda estudantes. Estes vivem numa outra casa e recebem todos os meses 500 euros da Segurança Social. “É pouco dinheiro para eles. Nós tínhamos uma vida

**“As casas são muito caras. No mínimo custam 700 euros e nós estamos a receber da Segurança Social 525 euros por todos”, protesta Evan**

muito boa na Síria e é difícil para os meus pais aceitarem um nível de vida mais baixo,” diz.

Wissam saiu da Síria sozinho antes de os seus pais se lhe juntarem no Egito, onde se sustentou durante meses fazendo vestidos de noiva, e diz já ter entendido que “o dinheiro vai e volta”. Também já entendeu que quer viver em Portugal — gosta do país que o acolheu e sabe que seria demasiado perigoso voltar à Síria, onde, acredita, as críticas que teceu ao Governo deixaram um rasto que ainda hoje é demasiado perigoso. O jovem adoraria, isso sim, fazer vida em Lisboa, mas sabe que neste momento é impossível devido aos preços das habitações. No entanto, não desiste desse sonho. “Quero estudar, quero arranjar outro trabalho, quero criar um negócio sozinho, um restaurante com *shisha*,” diz, identificando uma lacuna na cena de bares e cafés portugueses.

Para já, aguarda cumprir 23 anos para poder candidatar-se ao ensino superior. Quer estudar informática em Coimbra. Fala com a energia de um jovem que tem um futuro, não com o ressentimento de alguém que tem a vida em espera. Diz-se cansado, mas feliz com o trabalho na fábrica, onde faz lençóis e almofadas rodeado de mulheres que se tornaram amigas e lhe ensinam o português.

Wissam está a aprender a língua, os seus irmãos também. Mas da forma como o programa está estruturado, diz, não chegou a alimentar a esperança de que os seus pais pudessem um dia falar português. “Estamos em Miranda do Corvo desde 2017. Os meus pais dizem ‘bom-dia’ e ‘boa-tarde’, nada mais,” diz Wissam. Agora, nos intervalos do trabalho na fábrica, ele tem-se dedicado a recolher informações sobre a situação da Síria. Quer garantir que o regresso é seguro para os pais. O sonho deles é diferente do seu. O pai de Wissam só pensam voltar a casa.

Mahmoud (nome fictício) está prestes a voltar à Síria, apesar dos esforços da sua instituição de acolhimento, de Lisboa, para o manter em Portugal. É o primeiro caso confirmado de retorno à Síria entre os refugiados colocados em Portugal identificado por esta investigação do Expresso, numa fase em que a Organização Internacional para as Migrações (OIM) ainda não inclui este país do Médio Oriente no seu programa de apoio ao retorno (ao contrário do Iraque). Mahmoud e o seu filho, menor, vão tentar chegar à Síria atravessando ilegalmente a fronteira num país vizinho.

Desde o último mês de janeiro que Mahmoud tinha vindo a demonstrar vontade de regressar a Damasco. “A vida aqui é muito difícil”, costumava dizer aos responsáveis da instituição. A dificuldade a que se refere pode ter a ver com os longos atrasos burocráticos: sete meses à espera de marcação para exame de condução e cinco meses a aguardar a equivalência ao ensino secundário. Ficou com a vida suspensa. Mais grave: devido a um atraso no pagamento da prestação social, não pôde alimentar o seu filho um dia inteiro.

“As saudades de casa e a segurança que a sua família tem em Damasco fizeram o resto”, diz um dos membros da instituição, que pediu anonimato. Numa altura em que a guerra na Síria vai lentamente acalmando, é expectável que mais refugiados sírios sigam o caminho de Mahmoud. ●

e@expresso.impresa.pt

Este é o terceiro e último texto da série de reportagens financiada pela Bolsa de Investigação Jornalística da Fundação Calouste Gulbenkian

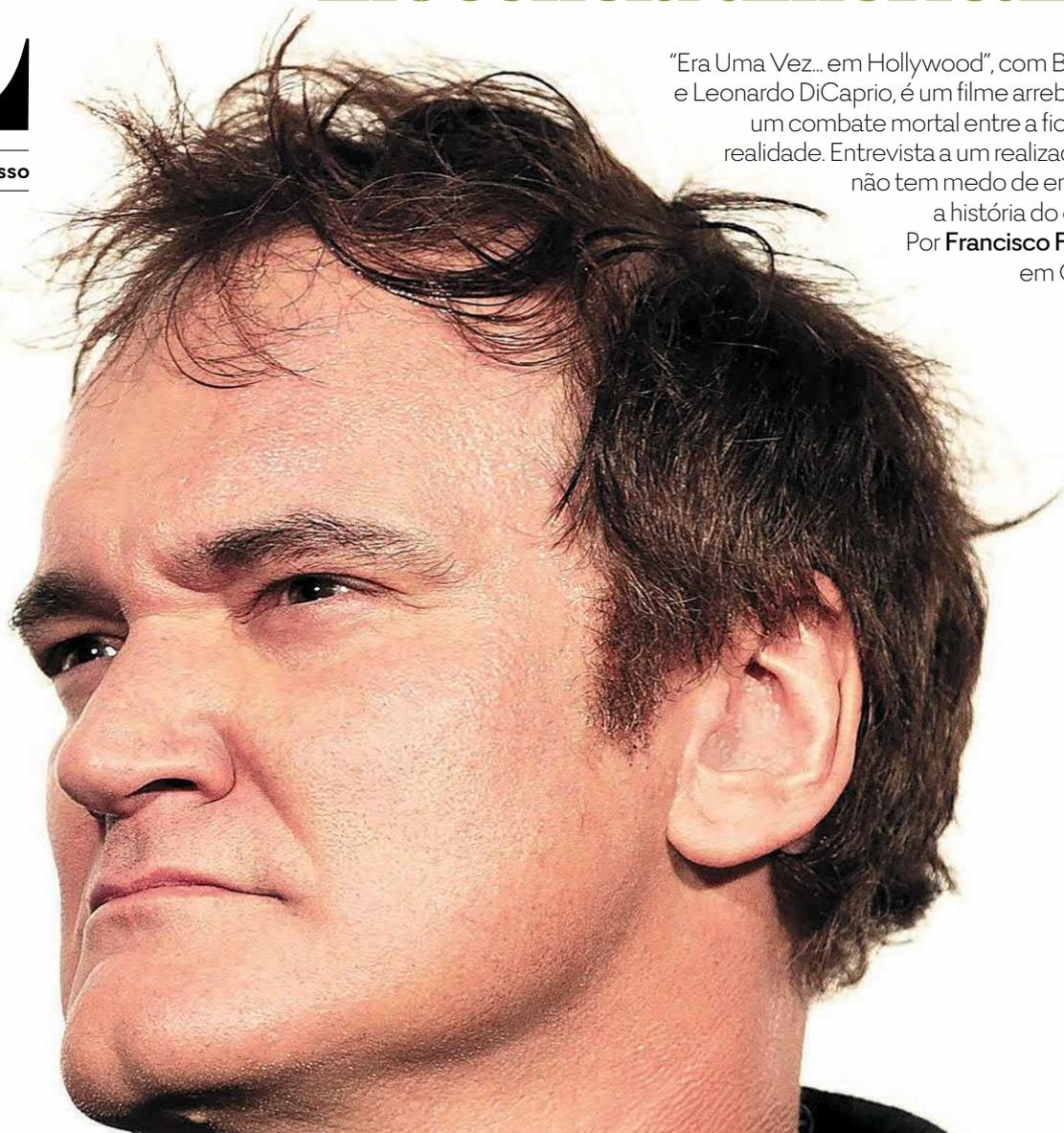
# E

A Revista do Expresso

EDIÇÃO 2441  
10/AGOSTO/2019

## Tarantino O fim da inocência americana

"Era Uma Vez... em Hollywood", com Brad Pitt e Leonardo DiCaprio, é um filme arrebatador, um combate mortal entre a ficção e a realidade. Entrevista a um realizador que não tem medo de enfrentar a história do cinema  
Por **Francisco Ferreira**, em Cannes



**Refugiados em Portugal**  
Chegar para voltar a partir

**Cem anos de Primo Levi**  
E se o futuro já aconteceu?

**Entrevista a Dirk Niepoort**  
Sonhar vinho em terras de Porto